# A VALORIZAÇÃO HISTÓRICA, TURÍSTICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ NO VALE DO RIBEIRA

**ERIKA TUANY DOS SANTOS CONCEIÇÃO**

RESUMO

A primeira consequência dessas estradas foi à desarticulação da navegação marítima e fluvial no litoral, seguida da chegada à região de grupos imobiliários egrileiros que não só se apossaram das praias e sítios, expulsando os caiçaras, quilombolas, caipiras e quilombos, mas também intensificaram o desmatamento da Mata Atlântica da região com a operação de serrarias e indústrias de palmito. Os grileiros adquiriram pequenas posses e ampliavam suas propriedades em terras devolutas ou da União. O turismo desponta, em quase todos os municípios, como a atividade mais importante da região, tanto no Alto e Médio Ribeira, com suas incontáveis cavernas, cursos d'água (para canoagem) e visitação em parques naturais, ainda que poucos deles estejam preparados para essa atividade. Nos municípios litorâneos, além do turismo de praia e mar, como é o caso da Ilha Comprida, Iguape e Cananéia, destaca-se o grande potencial turístico representado pelo patrimônio arquitetônico colonial, com seus sobrados e igrejas. O litoral norte, apesar de apresentar vastas áreas florestadas sobretudo na Serra do Mar, teve sua área costeira bastante degradada em função da grande expansão turística dos últimos anos.

Palavras-chave: Turismo. Cultura. História e Geografia de Apiaí.

## INTRODUÇÃO

Apesar de elevada à condição de vila apenas em 1771, a localidade de Apiaí aparece referenciada em documentos oficiais desde a década de 1730, indicados por Lourival Oliveira Júnior (1989), entre eles uma lista de moradores datada de 1732 e um conjunto de documentos conhecidos como Maços de População.

Que abrangem os anos de 1765, 1776, 1784 e 1798, ambas encontram-se depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo. Encravada no topo da Serra do Mar, seu primeiro núcleo populacional originou-se de um deslocamento de mineradores do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Paranapanema, cujas aluviões davam evidentes sinais de esgotamento.

Os primeiros europeus que chegaram a esta região em meados do século XVII, eram garimpeiros em busca do ouro de aluvião que partiam de Iguape, subiam as corredeiras do rio Ribeira até o local denominado Porto de Apiahy, pouco abaixo de Itaoca, e de lá alcançaram os ribeirões e córregos, onde era abundante o cascalho aurífero.

Conta-se que um tal de Francisco Xavier Rocha, que havia sido Capitão Mor em Minas, veio parar nestas regiões, com 150 escravos, fundando um pequeno povoado de nome Capoeiras, o primeiro de uma sequencia de assentamento que acompanhavam as prospecções serra adentro, e que dariam origem ao Município de Apiaí, com o nome de Santo Antônio das Minas.

Em 1728, o governador da Capitania, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, em visita ao arraial, deu posse a um corpo burocrático, normatizou as atividades de mineração e estabeleceu a forma de cobrança do Donativo Real, cujo montante, 2,5 arrobas de ouro, foi calculado com base em 947 batéias presentes na região àquela época. 8 Em 1770, o Governador D.Luis Antônio de Souza Botelho de Moura elevou o nascente povoado à categoria de Vila, com a nova denominação de Santo Antônio das Minas de Apiahy, o 19º povoado paulista a se tornar município.. Em 1774, a Câmara Municipal começa a funcionar regularmente.

A emancipação político-administrativa consolidou-se, entretanto, no dia 06 de agosto de 1797, com a construção de um pelourinho, à frente da Igreja Matriz, e com a demarcação do perímetro urbano do município. Finalmente, pela Lei Estadual nº2.840, de janeiro de 1937, Apiaí foi elevada à categoria de Comarca.

Os assentamentos que deram origem a primeira Vila, localiza-se em três lugares diferentes, a mais antiga, hoje conhecida como Vila Velha dos Peões, ao norte do Morro do Ouro, distante alguns quilômetros da atual sede municipal, era, como os outros núcleos, compostos por aventureiros de toda ordem e de seus escravos.

Havia igreja, cemitério e outras construções de taipa de terra batida pelos escravos negros, que chegou a superar em muito a dos homens brancos. Esgotado o ouro, os garimpeiros se transferiram para os ribeirões localizados ao sul do Morro do Ouro, local hoje conhecido como Cordeirópolis, antes, Vila Velha.

Pouco tempo depois, o esgotamento das jazidas conhecidas, e a ausência de novas descobertas na região, condicionaram o refluxo demográfico da freguesia que se observa durante as três décadas seguinte.

Em 1737, os moradores do Arraial enviam uma petição em que pedem a isenção do Donativo Real estabelecido em 1728:

"(...) porém como no mesmo tempo floresceram as minas dos Goyases, com grande reputação e esperanças de maio-

res fortunas, foram desertando para elas a maior parte dos moradores daquelas de Pernampanema e Pyahy, com cuja deserção se cobrou somente no primeiro ano 1453 ¾ de oitava, e no segundo ano 707 ½ oitavas, e no terceiro, 358, e no quarto, 374 e no quinto 376 e no sexto e último 286 oitavas por irem em cada um dos anos diminuindo-se os moradores daquelas minas, desertando para as outras dos Goyases, em tal forma que vieram a ficar em uma muito diminuta povoação, não se achando nelas mais que cento e vinte escravos (...)"

Em 1765, o capitão mor Francisco Xavier da Rocha registrava a presença de apenas 123 pessoas livres. O segundo episódio de grande atividade mineratória em Apiaí inicia-se na segunda metade da década de 1770, com a descoberta do "Morro do Ouro".

Surge assim um dos mais importantes garimpos da região e o mais importante assentamento da época.

A VALORIZAÇÃO HISTÓRICA, TURÍSTICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ NO VALE DO RIBEIRA

A população total da vila de Apiaí, que em 1776 era de 434 pessoas, passou para 819 habitantes em 1784, representando um incremento anual de 8,3%. O adensamento populacional registrado foi acompanhado por forte pressão da administração portuguesa, exigindo rigor no cumprimento das ordens sobre a ocupação e exploração do novo descoberto.

Entretanto, a expectativa de uma grande descoberta parece não ter sido concretizada. Já em meados da década de 1780 pôde-se perceber que a exploração do aludido morro já atingira seu auge. Como se infere da lista nominativa de 1798, a produção total de ouro atingiu a pequena quantia de 1156 oitavas. Naquele ano a população total registrada foi de 891 pessoas, além de representar um ínfimo crescimento em relação ao ano de 1784, mostrava pela primeira vez um predomínio de pessoas livres. Anos mais tarde, um desastroso desmoronamento, no qual mais de cem pessoas morreram soterradas, marca o final da exploração mineral, que jamais se recuperou do esgotamento dos afloramentos conhecidos.

O conjunto das Serras do Mar e de Paranapiacaba destaca-se pelo seu grande valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico (condição de banco genético de natureza tropical, dotado de ecossistemas representativos da fauna e da flora), e por funcionar como regulador das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da área litorânea e reverso imediato do Planalto Atlântico.

"Na entrada da barra de Cananéia da banda do continente, sobre umas pedras está o padrão de mármore europeu com quatro palmos de comprimento, dois de largo, um de grossura e as armas reais de Portugal sem Castelos; posto que mais deteriorado do que muitos pensariam, bem se conhece que foi colocado em 1503..."

Quando Martin Afonso chega em 1532, é recebido por castelhanos e mestiços, entre os quais o "Bacharel de Cananéia" que tinham estabelecido um povoado conhecido como Maratayama (terra do mar) ou Vila dos Tupis, onde viviam cerca de 200 pessoas. O local era um antigo porto usado pelos índios, mas a falta de registros históricos deixa dúvidas quanto às datas e nomes dos fundadores.

"...como rezam as tradições, quando os portugueses se instalaram em Cananéia, ali encontraram o legendário "Bacharel", com mais cinco companheiros, vivendo havia algum tempo juntamente com os indígenas. Teria Pero Lobo organizado então uma entrada pelo interior, em busca da fabulosa montanha de prata que "Bacharel de Cananéia" garantia existir no interior das matas... Esta foi a primeira bandeira que penetrou nas florestas da terra de Santa Cruz, dela tendo regressado apenas um sobrevivente".

Historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagem e Manoel E. de Azevedo Marques alegam que o Bacharel de Cananéia foi deixado em 24 de janeiro de 1502 pela expedição exploratória de Gaspar de Lemos e o cartógrafo Américo Vespúcio.

Teriam sido eles, inclusive, os responsáveis por batizar a região com o nome de Barra do Rio Cananor, por lembrar a localidade perto de Calicúte, na India, onde os portugueses mantinham uma feitoria. Referências ao Bacharel na expedição de 1502, indicam que ele teria siso deixado à 25.º de Ladeza da Costa Sul do Grande Mar Oceano, no lado nordeste da ilha do meio, o que coincide com a ponta do Itacuruça na Ilha do Cardoso.

De lá percorre, junto com mais seis degredados, a Ilha Branca (Ilha Comprida), onde se casa com a filha de um cacique e funda a comunidade de Maratayama. Esta comunidade prosperou lá por mais de setenta anos, até se transferir para o atual sítio da Cidade.

São desta época os relatos de um importante confronto entre os primeiros colonizadores e os prepostos da coroa portuguesa entre os quais contabilizavam-se os nomes de João Ramalho, o próprio Martin Afonso e João Pires Cubas (Pai de Brás Cubas). A "Guerra de Iguape" (na verdade travada em Cananéia) é o primeiro conflito armado entre europeus travado em solo americano, episódio virtualmente ignorado pela historiografia oficial.

De volta a Cananéia, toma de assalto uma nau francesa com 4 peças de artilharia que se encontrava em reparos no Estaleiro na Ponta do Pinheirinho (Itapitangui), levan-

tando, junto com 80 de seus homens e mais de uma centena de índios, uma paliçada onde esperam, emboscados, a frota vinda de Santos.

Esta com tropas portuguesas comandadas pelo capitão mor Pêro de Gois, ao chegar à ponta da Trincheira, são violentamente atacados, tendo o próprio capitão sido ferido e aprisionado. As duas embarcações, agora à serviço dos rebeldes, rumam para Santos, onde saqueiam a Vila, roubam o livro do Tombo e matam desafetos.

A partir do século XVII, Cananéia começa a perder importância regional principalmente em decorrência do desenvolvimento do Vale do Ribeira, em torno do qual organiza sua economia. A agricultura, as instalações para beneficiamento do arroz, os engenhos de cana de açúcar, as fábricas de farinha, as serrarias, os fornos de cerâmica e os estaleiros navais.

Em 1711, foi construída uma armação para a pesca de baleias na Ilha do Bom Abrigo e beneficiamento de seus derivados, principalmente o óleo, bastante valorizado como combustível para a iluminação e aditivo na construção civil.

Em 1787, com o édito do capitão-general Bernardo José de Lorena ordena que todas as embarcações que zarpassem dos portos do litoral, ficavam obrigadas a escalar em Santos, Cananéia praticamente desaparece como entreposto marítimo, as grandes fazendas foram sendo abandonadas, os canaviais incendiados, os engenhos desmontados, os estaleiros fecharam e grande parte da população mudou-se para Iguape e Paranaguá em busca de ouro, cuja ocorrência já era registrada desde o fim do século XVI.

A decadência é tão severa que se conta que a população não podendo comprar sal, cozinhava com água do mar.

Cananéia chegou a ser considerada "uma das cidades mortas do litoral paulista", conforme: "A Decadência do Litoral Paulista", de Antonio Paulino de Almeida, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Somente em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, os portos e o comércio entre eles foram novamente liberados permitindo que a cidade pudesse retomar suas atividades normais. Com a economia orbitando em torno da pesca, por volta de 1872, contava com 16 estaleiros e mais de 200 embarcações construídas. Em 1889, é construído um cais de pedra para a movimentação do pescado.

A localização do primeiro núcleo de ocupação continua sendo desconhecido. Sabe-se que a Ilha do Bom Abrigo era parcialmente habitada quando da chegada de Martim Afonso em 1532; há também indícios de povoamento na Ilha Comprida, onde evidenciam-se vestígios de um aglomeramento marcado por construções de taipa de pilão.

Do núcleo estabelecido na ilha de Cananéia, e de que se tem notícias através dos livros da Câmara, pouca coisa restou. As construções de pedra, cobertas com sapé, feitos pelos primeiros povoadores já não existem mais. Desse núcleo conservam se as ruas e os becos desalinhados. As construções que ainda se conservam, são aquelas feitas no final do Século XVIII e começo do Século XIX. São casa baixas de pedra e cal, arquitetura da metrópole adaptada às condições da Colônia.

A arquitetura urbana mostra-se com casas construídas sobre o alinhamento das vias públicas e as paredes laterais, sobre os limites do terreno. A largura desses terrenos é em geral múltipla de 2.20 m variando entre 4,40m e 11,00m, pois sendo construídas de táipa de pilão, a medida do taipal (uma braça de comprimento) serviu de modulo. A largura corresponde a três taipas foi chamado de lanço, aparecendo vez por outra a expressão "lancinho" para designar lanço ou largura de apenas uma braça ou duas braças.

A uniformidade das casas é devida, quase sempre pela obediência a padrões fixados em Cartas Régias e mesmo em posturas municipais, embora estas exigências se fizessem apenas para as fachadas voltadas para a via pública regulando as dimensões e o número de aberturas, a altura dos pavimentos e o alinhamento com as edificações vizinhas.

O que se constata é que as salas de receber e lojas ficam voltadas para a rua, enquanto os cômodos de estar e locais de trabalho abrem-se para o interior do terreno. Entre esses ambientes situa-se as alcovas destinadas a quartos de dormir e onde dificilmente penetra luz do dia. A ventilação é contudo facilitada pela ausência de forros ou pela abertura nas bandeiras nas portas.

A cobertura é feita com telhado de duas águas, que permite lançar parte da chuva sobre a rua e a outra sobre o quintal evitando o uso de calhas. Outro tipo de casa urbana que existiu no período colonial foi o sobrado. A diferença fundamental consistia no tipo de piso, pois enquanto na casa térrea ele era de chão batido, aqui aparecia o assoalho no andar superior, onde passava ser a residência da família.

O pavimento térreo era então utilizado como loja, ou deixavam-no para acomodar os escravos e animais, ficando às vezes vazio porque era depreciativo habitar ai. Ao fim do Período colonial, começa a aparecer um novo tipo de residência; a casa de porão. Aproveitando-se das vantagens do velho sobrado, as casas térreas podem assim ter seus pisos assoalhados, representando uma importante melhoria de conforto.

Os sobrados também acabaram sendo construídos sobre porões e neste caso o primeiro pavimento passa ter a utilização

social. Esta destinação nova obriga a elevar ainda mais a altura do porão para que o mesmo possa servir de habitação de escravos. Somente à partir de meados do século XX é que aparece um novo tipo de implantação de casa no lote, com o afastamento de uma das divisas laterais, onde surgem grandes quintais ou mesmo jardins.

A entrada passa a ser lateral; em geral através de varandas, permitindo assim o fim das alcovas, com o uso de janelas. Em Cananéia pode-se encontrar também resquícios de Arquitetura de conotação Maçônica. Em algumas casas antigas, nas pinturas branca e azul.

Nas janelas usava-se a simbologia do Retângulo Áureo da Maçonaria que diz que o espaço entre um vão e outro é o dobro do primeiro e o terceiro é a soma dos dois anteriores (daí os imensos janelões retangulares). Há também os três pilares sobrepostos de alvenaria encontrados em casas de esquinas que lembram o triângulo maçônico ou afrescos em colunas disfarçadas nos pórticos de entrada das residências que indicavam ao visitante que ali morava um maçom. Ali teria, o irmão, guarida se necessário e em alguns casos, indicava até o grau do morador na loja a que pertencia ou os dísticos, representando o Brasão da Família.

Na face sul do Morro de São João, há um Marco Histórico: os argolões, local onde atracavam suas caravelas.

O marco de pedra em forma de cruz, assinalando a posse do lugar pela coroa portuguesa. Encontra-se hoje no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro.

Os dois canhões expostos na praça Martim Afonso, junto à igreja, no centro da cidade, faziam parte de uma fortificação que foi construída para proteger a cidade contra as investidas dos piratas. Segundo Antonio Paulino de Almeida, embora reivindicada desde o século XVI, esta fortificação, somente chegou a ser erguida em 1824, quando tal perigo já não mais existia.

Construído sobre um banco de areia na ponta do extremo sul da Ilha

Comprida na entrada da barra, no local hoje conhecido como Poço do Bicho, Forte da Trincheira ou somente Trincheira. Constava de seis peças, um paiol e abrigo para os apetrechos e a guarnição. Em 1897, quando as marés já haviam destruído o lugar e levado consigo três peças, as restantes foram resgatadas e transportadas para Cananéia, da quais, duas estão em exposição pública e uma explodiu durante uma tentativa de tiro em 1930.

a casa de pedra do Tabatinguár;.

a casa de Pedra do capitão do Mato do Mandira (antigo engenho de

Arroz);

Comunidades remanescentes de quilombo.

Dos garimpos existentes nos rios das Minas, Assungüi, Taquari, Piranga Preto e Mandira, os escravos fugiam para as matas, em direção ao sul do Lagamar, indo atingir o Itapanhoapinda formando assim o primeiro quilombo da Região Sul do Brasil, perseguidos rumam em direção aos rios Vermelho, Araçaúba, Araçaupeva, Varadouro e Bonito já no alto da Serra do Iririú formam um aldeamento a beira dório que leva o nome de Rio do Quilombo.

Comunidade Mandira. O Instituto de Terras do Estado de São Paulo ITESP., reconhece o território do bairro da Comunidade Mandirana no Continente de Cananéia, como área Quilombola. O reconhecimento partiu do relatório Técnico Científico, elaborado pela antropóloga Maria Cecília Manzoli Turatti, sobre a identificação étnica e territorial dos Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Mandira.

Esta comunidade não foi formada de escravos fugitivos e sim de escravos abandonados pelo senhor, trata-se de uma antiga fazenda abandonada pelos donos, que deixaram os negros velhos, doentes e crianças, contudo a comunidade conseguiu sobreviver.

Vale ressaltar que a reconstituição do modo de vida da comunidade, contemplando suas estratégias de reprodução econômica, social e cultural, visa demonstrar a singularidade da ocupação humana empreendida no espaço físico em questão por tratar-se de um grupo com raízes vinculadas à escravidão, historicamente datada, ou seja, um segmento social específico, dotado de uma identidade política portadora de direitos assegurados constitucionalmente.

Entre as inúmeras histórias que povoam o imaginário local, conta-se era costume presentear as damas com litros de ouro em pó, que usavam para adornar suas cabeleiras. Nessa época, foram construídos alguns dos assobradados que podem ser observados ainda hoje na Praça da Basílica e nas cercanias da cidade.

Em fins do Século XVII, a descoberta das Minas Gerais, a economia de Iguape e Vale do Ribeira entrou em decadência que permanecerá até meados do século seguinte, com o incremento das atividades ligadas à construção naval, quando diversos estaleiros foram estabelecidos nas margens dos rios da região.

É desta época (acredita-se que surja por volta de 1647), o início do culto a imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape que desde então atrai milhares de romeiros de todas as partes do Brasil. Esta é ainda a segunda maior festa religiosa do estado de São Paulo

e uma das mais importantes do País.

Em 1938, o então prefeito, Manoel Honório Fortes, incumbiu uma comissão de historiadores paulistas, presidida pelo ilustre Alfredo D´Escragnolle Taunay, para estabelecerem a data provável da fundação, sendo aceito o dia 3 de dezembro de 1538.

O período de maior importância econômica da cidade, no entanto, ocorreu durante o final do Século XVIII e a primeira metade do Século XIX, com a exploração da cultura do arroz. O arroz destacou a Vila de Iguape como uma das mais importantes do Império: seu porto, um dos principais do país; sua sociedade, elitizada e fina, comparada à da Corte do Rio de Janeiro.

São desta época os mais imponentes casarões que, até hoje, existem em suas principais ruas e praças, como por exemplo, o Vice-Consulado Português, instalado em 1848 e que funcionou até 1920, localizado na Praça da Basílica.

A cidade contava com todos os confortos da opulência: clubes, teatros, hotéis, gabinete de leitura, jornais. O Porto Grande era freqüentado por navios de várias partes do País e do Exterior. Casa de Ópera, construída na década de 1830 em "taipas francesas", situada no Canto do Morro, pertencente ao capitão Francisco Carneiro da Silva Braga, o Theatro Iguapense e o Theatro Aurelina, que funcionou até princípio do Século XX.

Em 1847 foi fundada o Gabinete de Leitura, que exibia significativas coleções de livros, havia ainda o Club Gymnástico e Dramático, o Club Dramático Juvenil, que funcionava na chácara Gotthard, que acredita-se, seria a Casa dos Jesuítas. Duas grandes bandas musicais se destacaram nesse período: a Harpa Protectora dos Artistas e a Seis de Agosto.

A partir da segunda metade do século passado surgiram sociedades carnavalescas, que promoviam bailes e desfiles de carros alegóricos. A condição urbana e portuária da vila, foram determinantes para a expansão da vida boêmia, entre 1792 a 1804, existiam nada menos do que treze taberneiros.

É desta época a construção do valo Grande, uma das mais importantes obras civis do segundo reinado, cujas marcas estão presentes na cartografia atual da cidade. O arroz, produzido em fazendas distantes ao longo das várzeas do Ribeira, era transportado por embarcações até o Porto do Ribeira (atual Barra do Ribeira), de onde era conduzido por carroças, por mais de três quilômetros até o Porto Grande, no Mar Pequeno, na sede da vila.

O transporte custava dez réis por saca e era considerado oneroso. Assim, os vereadores, apoiado pelos agricultores, decidiram abrir uma vala ligando o Rio Ribeira ao Mar Pequeno.

Durante 25 anos, (Iniciada, em agosto de 1827, as obras somente terminaram por volta de 1852), escravos escavaram a vala, que passou a ser utilizada a partir de 1852, dando passagem a pequenas canoas.

A pequena vala de alguns metros, transformou-se num imenso braço de rio de mais de 200 metros de largura. Suas margens começaram a desbarrancar de maneira vertiginosa; inúmeras casas e ruas inteiras foram tragadas pela erosão, assoreando o Porto Grande, impedindo a entrada de navios de grande calado, e comprometendo o delicado equilíbrio ecológico da Laguna. A partir da segunda metade daquele século, e principalmente depois da abolição da escravidão, a economia da cidade entrou em franca decadência, que nem mesmo o surgimento de indústrias de pesca e do palmito e da lavoura da banana, foi capaz de reerguer.

Em 9 de novembro de 1913, foi fundada, no Bairro Jipovura, a Colônia Katsura, a primeira colônia de japoneses, que possuía engenhos de arroz, alambiques, comércio, escola, agência do Correio, indústria de sericultura, médicos e outras comodidades.

A colônia entrou em colapso durante a Segunda Guerra Mundial, quando muitas famílias partiram para outras regiões do Estado. Até a década de 1960, no entanto, ainda tinha certa importância.

Hoje, restaram apenas as ruínas. Com o declínio da lavoura do arroz, já em fins da década de 1920, tinha início a plantação de bananais no município, ciclo econômico que teve muita importância.

A partir de meados da década de 1930, começaram a se estabelecer no município várias indústrias de pesca, para a industrialização da manjuba, que conheceu o seu auge entre os anos de 1930 a 1950. Na década de 1940, surgiram indústrias de palmito, que representou, na década de 1950 e 1960, a mais importante economia do município. A mais importante era a Fábrica Caiçara, que enlatava palmito para as marcas Cica e Armour, entre outras.

A importância inicial de Iguape esteve relacionada ao ouro de lavagem que a transformou em centro de distribuição de riquezas, período em que se construiu a Casa de Fundição. Após um período de estagnação, a situação foi revertida no final do século XVIII quando se expandiu o cultivo do arroz, tornando-se grande centro produtor e comercial.

Com o fim do ciclo do ouro, a população das lavras se desloca para onde o rio Ipiranga deságua no Ribeira. Ali a nova povoação dedicou-se a uma agricultura de subsistência e ao pequeno comércio de arroz com

os quais conseguiu uma certa prosperidade econômica.

Em 1873 obteve autonomia municipal e era um importante elo de ligação entre as vilas do planalto e o litoral.

Com a decadência da exploração de ouro no Alto Ribeira, a região permaneceu quase desabitada até 1918, ano em que o governo paulista e o Sindicato de Tóquio colocaram em prática um acordo para que terras devolutas da região fossem ocupadas por imigrantes japoneses. Em novembro de 1913 os primeiros colonizadores japoneses – 30 famílias – chegam à região fundando importantes colônias agrícolas.

A organização da vida socioeconômica da colônia ficou a cargo, a Companhia Ultramarina de Desenvolvimento, criada em Tóquio com a missão de dar apoio às cerca de 2 mil famílias imigrantes. Foi ela a responsável pela construção do conjunto arquitetônico inaugurado em 1922 onde funcionavam armazéns, escritórios e o maior engenho de beneficiamento de arroz da América Latina.

Construiu também estradas que interligavam as propriedades ao entreposto fluvial e às redes rodoviária e ferroviária.

Com o início da 2a Guerra Mundial, em 1939, foi proibida de atuar no Brasil. Em 1945, quando Registro passou da condição de distrito de Iguape a município autônomo, o conjunto foi desmembrado em quatro partes e passou para as mãos de antigos funcionários, como pagamento por dívidas trabalhistas.

A política nacional do meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propício à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

O Vale do Ribeira é uma das poucas áreas remanescentes de Mata Atlântica, mas nas últimas décadas vem sendo largamente ocupada com a agricultura e pecuária, no entanto, a forma como é cultivada resulta em baixa produtividade e uma possibilidade de comércio muito instável.

Destaca-se na região estudada, uma forte atividade pesqueira, onde a manjuba, robalo, tainha e camarão são as principais espécies capturadas.

De um modo geral, o clima da Bacia do Rio Ribeira de Iguape e do litoral sul pode ser classificado como tropical úmido, com ligeira variação entre asa zonas costeiras e o alto da serra de Paranapiacaba, mas com alto índice pluviométrico.

A região em questão a ser estudada é a Barra do Rio Ribeira e um dos seus afluentes, o Rio Suamirim que é uma área de mangue onde apresenta grande influência da variação da maré, tendo como característica a água salobra. O solo do mangue apresenta uma coloração cinza-escuro devido ao grande acúmulo de material orgânico, e grande importância, pois se prendem ao fato de funcionarem como criadouros, servindo de desova de algumas espécies e refúgio de formas de peixes jovens.

Os ecossistemas litorâneos brasileiros estão entre os belos do mundo, esses ecossistemas são responsáveis por parte considerável dos recursos marinhos, pois são áreas de refúgio e criação de inúmeras espécies aquáticas.

## CONCLUSÃO

Não resta dúvidas que nas últimas décadas estas áreas foram as que mais sofreram com modelos industriais, urbanas e turísticas, já a falta de planejamento, o aumento das casas de veraneio têm levado à especulação imobiliária em áreas de praia anteriormente habitadas por pescadores artesanais. O potencial turístico da região depende essencialmente da pesca como atividade de lazer, da utilização das praias e do turismo ecológico.

O que poderíamos chamar de eco desenvolvimento, que segundo Diegues, 1976 seriam fomentar uma estrutura, um planejamento para complementação das atividades e que estas estejam ligadas à participação das comunidades locais.

Gerar uma infraestrutura para atender esta demanda seria fundamental, as comunidades residentes no Vale do Ribeira padecem de estímulos governamentais para se adequar a essas novas fontes de renda.

A maioria dos problemas ambientais tem suas raízes em fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e éticos. Estes problemas são decorrentes dos modelos de desenvolvimento econômicos adotados pelos países ricos causadores de degradação ambiental. Tais modelos nos países pobres, além da degradação ambiental causam desigualdades sociais e miséria.

O conceito de meio ambiente reduzido a seus aspectos naturais não permite apreciar as interdependências, nem as contribuições das ciências sociais, para a compreensão e a melhoria do meio ambiente humano e o nível de qualidade de vida. Isto permite que o homem compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais.

Dentre os aspectos importantes das ciências ambientais, a ecologia humana apresenta-se de forma a entender e avaliar as interações de populações humanas e seus recursos naturais.

Reconhecer a relação entre o homem e o meio ambiente é o objetivo da ecologia humana, concomitante com outros campos das ciências humanas como a antropologia, por exemplo, particularmente a ecologia humana é complexa agrupando fatores bióticos, abióticos e sociais em relação ao homem.

A Ecologia Humana difere em diversos pontos das demais áreas ecológicas, como a vegetal e animal, as inter-relações dos seres humanas e as interações do homem e seu habitat, são comparáveis, porém não idênticas, às inter-relações de outras formas de vida.

O Estado de São Paulo possui uma vasta área de serra muito próxima ao mar se estendendo do Sul ao Norte do Estado, pertencentes ao Parque Estadual da Serra do Mar, mas que nas últimas décadas têm sofrido com inúmeros conflitos, como devastação, extração de recursos naturais, ocupação desordenada do espaço e exploração ilegal da pesca. Assim, a crescente expansão do turismo tem provocado alterações na paisagem socioambiental de toda a região do litoral brasileiro.

O Vale do Ribeira é considerado uma das poucas áreas do Estado de São Paulo onde a Mata Atlântica, apresenta-se bem preservada e representada através de um "continum" entre a Floresta de Encosta que recobre a Serra do Mar e os ecossistemas costeiros.

Esta região possui um alto potencial turístico devido ao patrimônio cênico, histórico e cultural que a região possui. Um dos tipos mais comuns de turistas é o pescador desportivo, figura recorrente na paisagem, que afluem aos milhares, atraído pelos recursos ictiofaunísticos e pela beleza natural da região.

A pesca desportiva pode ser considerada uma grande paixão nacional. O crescimento deste segmento tem sido expressivo em muitos países, porém, é preciso ser vista como um segmento da economia que gera recursos, empregos e melhoria na qualidade de vida, onde hoje se faz necessária uma política moderna para o setor.

As associações desportivas de classe, instituídas a partir de membros da sociedade civil com interesses relacionados à preservação das espécies e na luta pela defesa dos redutos naturais existentes, têm notado que a pesca desportiva no Brasil movimentará cada vez mais recursos, e que o planejamento pesqueiro além de contribuir e muito na conservação do meio ambiente, trará recursos para a população local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AESP – Papéis referentes às minas de ouro e ferro de diversas localidades. Casa de fundição e almoxarifado de São Paulo e Paranaguá, ordem 347, lata 97.

AESP – Maços de População, Sorocaba, 1765, rolo 188 e Apiaí, 1776, 1784 e 1798, rolo 1. Em 1765, Apiaí aparecia identificada como freguesia pertencente à vila de Sorocaba.

AESP, Documentos Interessantes, V.24, p. 237-40. Corografia Brasílica. pe. Aires de Casal, 1817. Ed. Itatiaia, Edusp 1976. pág.107

ERNESTO, G. Young. "Subsídios para a História de Iguape". 1903. Livro do

Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 16, p. 305, 8/9/1986

Patrimônio Tombado. SERRA DO MAR E DE PARANAPIACABA Limites:

Estados do Rio de Janeiro e do Paraná Processo: 20868/79 Tomb.: Res. 40 de 6/6/85 D.O.: 15/6/85. 1985

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. "Vale do Ribeira, Pesquisas Sociológicas. pág. 23. O conceito e tipologia de domicílio aqui utilizados estão baseados em COSTA (1981, p. 217). PE. Aires de Casal, 1817. pág. 107